



UM PAÍS SOB CENSURA

SIGILOS, DISTORÇÃO DA LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS E ATAQUE A SERVIDORES SÃO AS MARCAS DA GESTÃO BOLSONARO



**DE OLHO
NAS ELEIÇÕES**



**DE OLHO
NOS RURALISTAS**
Observatório do agronegócio no Brasil

DOSSIÊ BOLSONARO (V)

CONTEÚDOS

DESTAQUES DO RELATÓRIO	3
APRESENTAÇÃO	4
1. AS HISTÓRIAS QUE DEIXARAM DE SER CONTADAS	5
Jornalismo censurado	5
Um século de sigilo	7
A deturpação da Lei de Acesso à Informação	8
Negativas do Ibama e ICMBio dispararam	10
O lobby documentado	11
Cadê as notícias que estavam aqui?	13
2. AS VÍTIMAS DA CENSURA	16
Brasil cai em ranking de liberdade de imprensa	16
"O governo via o Inpe como uma pedra no sapato"	18
Lei da mordança	22
3. CONCLUSÕES	24
REFERÊNCIAS	25

EXPEDIENTE

Coordenação

Alceu Luís Castilho

Edição

Mariana Franco Ramos

Pesquisa e texto

Mariana Franco Ramos
Katarina Moraes
Larissa Linder
Lorena Izá Pereira
Luís Indriunas
Nanci Pittelkow

Revisão

Bruno Stankevicius Bassi

Imagem de capa

Renato Aroeira

Projeto gráfico e diagramação

Felipe Fogaça

Data de Publicação: Setembro, 2022



**DE OLHO
NOS RURALISTAS**

Observatório do agronegócio no Brasil

De Olho nos Ruralistas é uma organização sem fins lucrativos dedicada à pesquisa e produção jornalística sobre o agronegócio no Brasil. De seus impactos sociais e ambientais.

Do desmatamento à expulsão de camponeses, da comida com agrotóxicos à violação de direitos dos povos indígenas.

Fundado em 2016, enquanto site, e formalizado como associação privada em 2017, o observatório é coordenado pelo jornalista Alceu Luís Castilho, autor de "Partido da Terra – como os políticos conquistam o território brasileiro"

(Contexto, 2012).

contato@deolhonosruralistas.com.br
www.deolhonosruralistas.com.br

DESTAQUES DO RELATÓRIO

- O governo de Jair Bolsonaro é responsável por um ataque sistemático ao livre exercício da imprensa. Os casos vão de agressões diretas a jornalistas à supressão de dados públicos, passando pela instrumentalização da Lei Geral de Proteção de Dados como justificativa para negar acesso a informações sobre infratores ambientais.
- O presidente foi responsável por 34% das agressões registradas contra profissionais da imprensa em 2021, segundo dados da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Em seu governo, o país caiu para a 110ª posição entre 181 países no ranking de liberdade de imprensa e tornou-se o 2º país mais letal para jornalistas.
- O descaso contra a transparência pública se expressa também no sigilo e nas negativas de pedidos de acesso à informação via LAI. Segundo levantamento do Estadão, o governo impôs segredo a pelo menos 65 casos nos últimos quatro anos.
- Outra análise, da plataforma Fiquem Sabendo, mostrou que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) dificultou o acesso a processos de forma sistemática, seguindo a diretriz estabelecida pelo ex-ministro Ricardo Salles.
- De Olho nos Ruralistas entrevistou dez especialistas, entre servidores públicos, cientistas e jornalistas, que relataram o aumento da perseguição – dentro e fora dos órgãos de governo — e a redução da transparência pública durante o governo Bolsonaro.
- A política de censura de Bolsonaro — de omissão de dados públicos — está em consonância com um projeto privatista de governo, como ilustram as restrições no Ibama e no Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

APRESENTAÇÃO

"A primeira coisa que você precisa entender é que a Amazônia é do Brasil, não de vocês". A fala do presidente da República, em resposta a uma pergunta do jornalista britânico Dom Phillips, era mais um indício de que, no governo Jair Bolsonaro, assédio a servidores públicos, ameaças, censura, preconceito generalizado e morte caminhariam juntos.

Em 19 de julho de 2019, Bolsonaro recebia correspondentes estrangeiros em um café da manhã no Palácio do Alvorada. Phillips estava lá. Quase três anos depois ele seria assassinado no Vale do Javari (AM), ao lado do indigenista Bruno Pereira. O jornalista questionava o presidente sobre os dados de desmatamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).¹

"Até mandei ver quem é o cara que está na frente do Inpe", afirmou o presidente. "Ele vai ter que vir explicar aqui em Brasília esses dados aí que passaram pra imprensa do mundo todo, que pelo nosso sentimento não condiz (sic) com a verdade", completou.

O Inpe era então dirigido pelo físico e engenheiro Ricardo Galvão, professor titular da Universidade de São Paulo (USP) e hoje candidato a deputado federal pela Rede Sustentabilidade. Os números revelavam um aumento de 88% no desmatamento da Floresta Amazônica em junho, em relação a 2018.² O instituto registraria novos recordes na sequência, chegando a 1.120 km² de área sob alerta no mesmo período de 2022.³

Aquele episódio desencadeou a maior crise da gestão no órgão, que culminou com a demissão de Galvão.

O que ficou claro desde então é que não se trata de um caso isolado. De Olho nos Ruralistas mostra neste relatório, o quinto da série Dossiê Bolsonaro, que a mentira, a sonegação de informações — ou a censura propriamente dita — e o assédio a servidores públicos, não raras vezes seguido de demissões, são parte de um projeto. São o cerne, na verdade, deste projeto autoritário, fascista e, como se vê, genocida.

1) AS HISTÓRIAS QUE DEIXARAM DE SER CONTADAS _

“Sigilo de 100 anos? Uma lei lá do tempo da Dilma. Para as questões pessoais, meu cartão de vacina ou quem me visita no Alvorada. Nada mais além disso”.

Jair Bolsonaro, no debate presidencial de 28 de agosto



Profissionais de imprensa são escoltados de manifestação antidemocrática após sofrerem agressões, em maio de 2020.

(Foto: Reprodução/Poder 360)

Jornalismo censurado

Às vésperas das eleições, a censura a uma reportagem do UOL sobre o uso de dinheiro vivo em 51 dos 107 imóveis comprados pela família Bolsonaro nos últimos 30 anos reacendeu o debate sobre o dever da imprensa de informar e o direito da sociedade à informação de interesse público.⁴

A liminar foi concedida no dia 23 de setembro, pelo desembargador Demetrius Gomes Cavalcanti, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, a pedido do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho mais velho do presidente.

O UOL teve de retirar do ar dois textos e as postagens correspondentes em suas redes sociais. Na mesma noite, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça derrubou a decisão e os conteúdos voltaram ao site.

Dois meses antes, a Justiça do Amazonas obrigou a Amazônia Real a excluir a reportagem “late do Amazon Immersion estava sem autorização”. Tudo porque, ao contrário do Fantástico, dominical da TV Globo que primeiro noticiou a festa

clandestina no Rio Negro, realizada no auge da pandemia de Covid-19, a agência apontou quem eram os donos da embarcação.⁵

De Olho nos Ruralistas contou que um deles, Waldery Areosa, é acusado de desmatamento e exploração sexual de adolescentes.⁶ Embora apenas trechos da apuração tenham sido contestados, a juíza Mônica Cristina Raposo da Câmara Chaves do Carmo determinou a remoção de todo o conteúdo jornalístico.

Muitas histórias como essas sequer chegaram ao conhecimento do público. Entre elas, denúncias de trabalho escravo, de exploração de mão-de-obra infantil e de destruição ambiental.

De acordo com levantamento da Folha, o governo acumula, desde janeiro de 2019, ao menos treze medidas para dificultar ou sonegar informações do país.⁷ No período, Bolsonaro tentou mudar duas vezes a Lei de Acesso à Informação (LAI), esconder pesquisas da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) sobre drogas e tirar os dados de violência policial do anuário sobre direitos humanos.

"Vivenciamos esse contexto cada vez mais grave no país, que tem impactado de forma assustadora a mídia independente", destaca Elaíze Farias, cofundadora e editora de conteúdo da Amazônia Real. "É um contexto global, atinge toda a imprensa, mas sobretudo a mídia independente".⁸

A censura também apareceu como o principal tipo de violação no Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa de 2021, com 140 casos. A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) registrou outras quinze situações de cerceamento à atividade por ações judiciais.⁹

"Houve várias tentativas de redução da transparência", comenta Ana Paula Valdiones, coordenadora do programa de transparência ambiental do Instituto Centro de Vida (ICV). "Felizmente, a sociedade civil se posicionou e fez pressão a ponto de isso eventualmente não se concretizar", acrescenta, em relação à tentativa de mudança nos prazos da LAI.¹⁰

"Para além da transparência, a gente vê um fechamento muito grande do espaço institucional de diálogo, com a redução na participação e até na propensão do governo em escutar a sociedade civil de forma mais propositiva", opina. "A gente acompanha alguns espaços e tem sentido essa dificuldade". O ICV integra a rede de pesquisadores do MapBiomias, que publica dados sobre desmatamento.

Um século de sigilo



Bolsonaro grita com jornalistas durante entrevista no “cercadinho”, em Brasília.

(Foto: Reprodução/GloboNews)

O mesmo governo que consagrou o orçamento secreto foi o que decretou sigilos de um século, prazo máximo previsto na LAI. A prática se tornou recorrente na gestão Bolsonaro. Conforme levantamento do Estadão, de 2019 a 2022 o governo impôs segredo a pelo menos 65 casos que tiveram pedidos via lei de acesso por órgãos da imprensa.¹¹

Um dos mais controversos foi o do cartão de vacinação do presidente. Segundo o Palácio do Planalto, os dados "dizem respeito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem" dele. O capitão do Exército foi o único não vacinado contra a Covid-19 entre os líderes do G20 que participaram da 76ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro de 2021.¹²

Mesmo após as mortes de milhares de brasileiros em virtude da infecção pelo vírus, ele continuou se mostrando contra os imunizantes. Atrasou a compra de vacinas, debochou da gravidade da doença e defendeu medicamentos comprovadamente ineficazes (além de prejudiciais à saúde) para "preveni-la", como a cloroquina e a ivermectina.

O processo em que o Exército Brasileiro decidiu não punir o general Eduardo Pazuello por subir em um palanque com Bolsonaro, em maio de 2021, detalhes de gastos no cartão corporativo e visitas ao Palácio do Planalto de convidados dos filhos do presidente e da primeira-dama, Michelle Bolsonaro, também não foram divulgados. Ex-ministro da Saúde, Pazuello foi investigado por infringir o Regimento Disciplinar do Exército, de 2002.

O governo determinou sigilo de 100 anos, ainda, sobre informações dos crachás de acesso ao Planalto emitidos em nome de Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ) e Eduardo Bolsonaro (PL-SP). E a Receita Federal fez o mesmo com o processo das "rachadinhas" do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). A justificativa se repete: os documentos teriam informações pessoais, com acesso restrito a agentes públicos e aos envolvidos.

No caso dos contratos de aquisição da vacina indiana Covaxin, quem pediu segredo foi o Ministério da Saúde. O acordo, assinado em fevereiro de 2021, ao custo de R\$ 1,6 bilhão, foi investigado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, que conseguiu derrubar a restrição de acesso.

Líder nas pesquisas de intenção de votos para presidente, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem prometido, durante debates e comícios, revogar a medida caso seja eleito. "No primeiro dia de governo nós vamos fazer um decreto para acabar com o sigilo de 100 anos", escreveu, no dia 26 de setembro, em sua conta no Twitter. "O povo deve ver o que estão escondendo".¹³

"Sigilo a gente tem sempre que pensar qual é a razão de se estabelecer", afirma Charlene Miwa Nagae, fundadora e diretora-executiva do TornaVoz. "Nunca pode existir para ocultar algo de interesse público. Pode servir para resguardar a segurança nacional, assegurar que investigações vão prosseguir ou preservar informações de crianças e adolescentes, por exemplo".¹⁴ A associação surgiu em março de 2022, com o propósito de garantir defesa jurídica especializada àqueles que sofrem processos em razão da manifestação do pensamento e da expressão.

A deturpação da Lei de Acesso à Informação

Sancionada em 2011 pela então presidente Dilma Rousseff (PT), a Lei de Acesso à Informação (LAI) prevê, no Artigo 31, que informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem tenham acesso restrito pelo prazo de até cem anos. Especialistas ouvidos pelo observatório questionam, contudo, o uso indiscriminado do dispositivo para vetar questões de interesse público.

Na avaliação de Danielle Bello, coordenadora de advocacy e pesquisas na Open Knowledge, houve um avanço inegável tanto do ponto de vista da transparência ativa como passiva desde a promulgação da lei. No entanto, nesses últimos quatro anos, especialmente, o cenário é de retrocesso.¹⁵

"Estamos vendo esse movimento contrário, inclusive da deturpação do que assegura a lei", diz. "São mudanças na interpretação e em entendimentos que já eram consolidados". Ela cita, além da sucessão de casos de sigilo, negativas de informação e retrocessos do ponto de vista de dados abertos, recaindo sobre transparência ativa.

"São precedentes, especialmente no governo federal, que impactam nacionalmente na discussão sobre transparência pública, uma vez que o governo federal é uma referência para os demais entes e cumpre esse papel de coordenar as políticas".

Segundo ela, em casos como o de Pazuello há uma série de justificativas tiradas de "forma torta" para embasar as negativas. "A LAI é bastante explícita ao falar que as informações pessoais são relativas à vida privada, honra e imagem e, claramente, não estamos falando dessa classificação", pontua. "É um processo de reinterpretção da lei. O próprio entendimento da Controladoria-Geral da União (CGU) a gente tem visto mudar".

Outra preocupação é com a tentativa crescente de usar a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), cuja função é regular informações também do setor privado. "Há mobilização de recursos distorcendo a proposta da legislação para negar informações de interesse público", reforça Danielle.

“A gente cai em outro nível da discussão, que são os retrocessos em transparência ativa. Vê uma base de dados historicamente consolidada, de claro interesse público, tendo sua divulgação revertida sem qualquer debate, levando ao estresse máximo de uma interpretação equivocada. É um conflito artificial, que não está na essência das duas legislações”.

Danielle Bello, coordenadora da Open Knowledge

Foi assim que o governo do Mato Grosso negou ao De Olho nos Ruralistas um pedido, feito no dia 25 de julho, da lista de proprietários de terras e de pessoas multadas na operação Abafa, conduzida pelo Corpo de Bombeiro Militar (CBM) em 2022. Na resposta, concedida em 3 de agosto, o tenente coronel Jusciery Rodrigues Marques mencionou a LGPD para alegar que os dados do CBM seriam "de caráter sigiloso".¹⁶

Luiz Fernando Toledo, diretor da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e cofundador da Fiquem Sabendo, lembra que praticamente toda fonte de trabalho jornalístico tem informação pessoal. "Quando a LGPD foi aprovada, veio essa preocupação, independentemente de governo, porque os servidores têm medo de abrir dados. Acham que podem ser punidos", explica.¹⁷

"Foi algo atropelado, não houve uma preparação para a lei. Deveria ter sido feito um preparo, para se colocar de forma mais organizada", opina. "E isso se soma ao fato de o Bolsonaro vir de uma cultura militar, totalmente anti-transparência. Se você pegar o histórico da LAI, os militares sempre foram os mais contrários".

Negativas do Ibama e ICMBio dispararam



Ex-ministro Ricardo Salles liderou iniciativa sem precedentes de ocultação de dados públicos sobre temas ambientais.

(Foto: Reprodução/Poder360)

Uma análise da plataforma Fiquem Sabendo nos microdados de pedidos de informação divulgados pela CGU mostrou que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) recusou mais informações e dificultou o acesso a processos em 2019, 2020 e 2021.¹⁸

O principal motivo citado foi justamente o de que a informação solicitada estaria classificada como sigilosa nos termos da LAI (32% das negativas), seguido por "pedido exige tratamento adicional de dados" (15%), que é quando o órgão alega não ter capacidade de processar toda a informação pedida. Conforme o levantamento, a proporção de pedidos negados mais do que duplicou desde o início da vigência da lei.

Entre as perguntas não respondidas, há solicitações que pedem acesso a dados sobre operações contra o desmatamento na Amazônia Legal, número de ações de fiscalização realizadas pelo órgão, gastos do Grupo Especializado de Fiscalização do Ibama e relatório da Petrobras sobre manchas de petróleo no litoral do Nordeste.

Sob o mesmo argumento, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) negou acesso até mesmo aos dados básicos das pessoas físicas e jurídicas autuadas em Unidades de Conservação. "Eles mandaram uma lista, mas tirando os nomes das empresas, com o argumento de que a LGPD protegia", relatou Toledo. "É um problema de administração pública somado à burocracia comandada pelo governo atual, que não incentiva a transparência", complementa.¹⁹

A ONG recorreu, foi até a última instância, e a autarquia acabou liberando as informações. A ação resultou numa reportagem na Agência Pública sobre quem são os desmatadores.²⁰

"A estratégia não é negar", explica Toledo. "Eles dizem que poderiam dar, mas que para isso precisariam ler 400 páginas de um processo, tarjar todos os nomes de pessoas e documentos, e isso vai gerar um trabalho adicional". Ou seja, como o órgão não tem pessoal suficiente, também em virtude do sucateamento, nega a informação.

“*Juntou o problema da gestão pública com um problema político, de desinteresse e desmotivação pela transparência. E é matéria-prima do Jornalismo. Hoje, que a gente vive num mundo virtual, as pessoas não confiam mais em jornalista. Não adianta só falar com fonte em off. Você tem que ter documento, prova do que está falando. Fica muito mais difícil fazer uma reportagem completa, com credibilidade”.*

Luiz Fernando Toledo, diretor da Abraji

O lobby documentado

Outro lugar recordista de negativas no governo Bolsonaro é o Gabinete de Segurança Institucional (GSI). O órgão controla os registros de entrada e saída do Palácio do Planalto, como o dos pastores e dos filhos do presidente, além de dados de proprietários rurais que constam no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Conforme o diretor da Abraji, o monitoramento é importante para verificar onde ocorre lobby. "De repente alguns órgãos começaram a negar e se tornou um problema", relata. "Normalmente você recorre à CGU e consegue, mas é uma burocracia e o cidadão desiste".

Uma questão igualmente importante é a democratização. "Ao invés de ser uma lei fácil de usar, virou uma lei de especialista", comenta. "A gente tem um

advogado que fica fazendo recurso e pedindo que entreguem algo que deveria ser público. Se você trabalha com prazo mais curto, desiste".

Para Toledo, o GSI tem interesse que os *lobbies* não se tornem público. "Alegam que é para segurança do presidente, que há funcionários terceirizados e o nome não pode ser divulgado, mas é tudo desculpa", afirma. "Há formas de divulgar os dados sem expor, porque é uma informação relativamente fácil".

Segundo o fundador da ONG, o Ministério da Saúde tinha um alerta de mídia para quando a pessoa fizesse um pedido pela LAI. "Basicamente era: 'vamos descobrir se a pessoa é jornalista ou não e, se for, ao invés do servidor técnico, a gente vai orientar que a assessoria de imprensa responda'". Ele informou que o caso aconteceu entre 2019 e 2020: "É uma coisa absurda, porque a lei diz que você não pode favorecer ou desfavorecer alguém com base em quem é a pessoa", opina. "A assessoria vai responder só o que interessa, cortando".

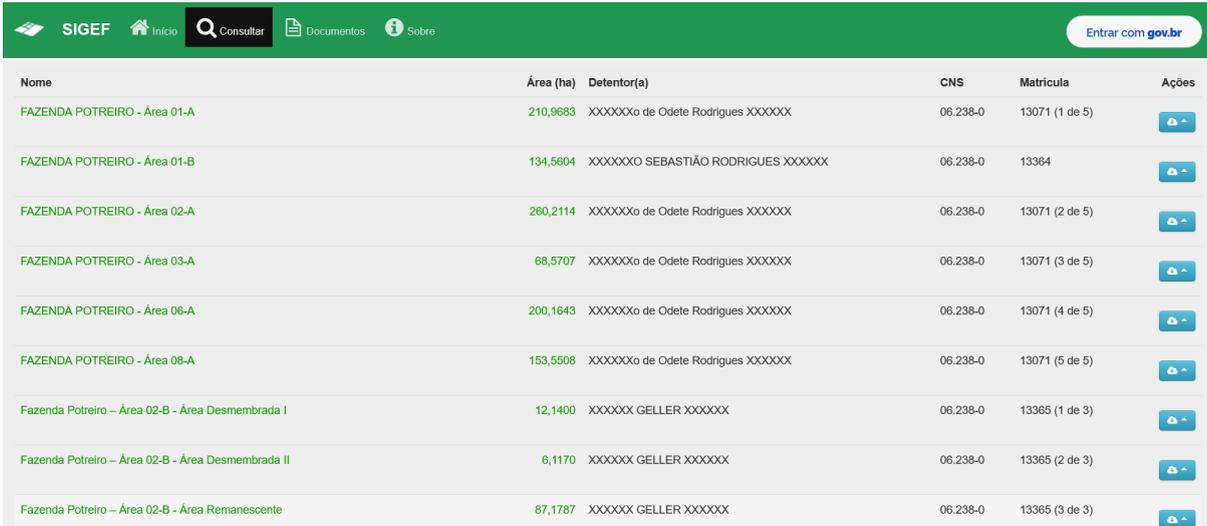
O repórter Fernando Pires relatou, no Estadão, um pedido de LAI no qual o governo circulou que talvez fosse melhor não divulgar, alegando "erro político". "É um caso explícito", comenta Toledo. "E em 2017 eu fiz uma matéria sobre isso no governo Doria [em São Paulo]. "Não é algo novo. É recorrente".²¹

No De Olho nos Ruralistas, situação semelhante aconteceu durante a produção do dossiê Os Financiadores da Boiada, sobre a relação das multinacionais do agronegócio com a Instituto Pensar Agro (IPA), o cérebro pensante por trás da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).²²

Poucas horas após enviar um pedido de informações ao Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), a equipe do observatório foi contatada pela assessora de imprensa do IPA. Ela informou que "ficou sabendo" das perguntas direcionadas ao governo sobre a relação com o instituto e exigiu ter acesso aos dados.

Procurados oficialmente para se posicionar sobre as informações da publicação, nem IPA nem FPA enviaram resposta.

Cadê as notícias que estavam aqui?



The screenshot shows the SIGEF (Sistema de Gestão Fundiária) interface. At the top, there is a navigation bar with icons for 'SIGEF', 'Início', 'Consultar', 'Documentos', and 'Sobre'. A search bar is also present. Below the navigation bar is a table with the following columns: 'Nome', 'Área (ha)', 'Detentor(a)', 'CNS', 'Matricula', and 'Ações'. The table lists several land parcels, including 'FAZENDA POTREIRO - Área 01-A', 'FAZENDA POTREIRO - Área 01-B', 'FAZENDA POTREIRO - Área 02-A', 'FAZENDA POTREIRO - Área 03-A', 'FAZENDA POTREIRO - Área 06-A', 'FAZENDA POTREIRO - Área 08-A', 'Fazenda Potreiro - Área 02-B - Área Desmembrada I', 'Fazenda Potreiro - Área 02-B - Área Desmembrada II', and 'Fazenda Potreiro - Área 02-B - Área Remanescente'. Each row includes the area in hectares, the holder's name, the CNS number, the matriculation number, and a set of action icons.

Nome	Área (ha)	Detentor(a)	CNS	Matricula	Ações
FAZENDA POTREIRO - Área 01-A	210,9683	XXXXXXo de Odete Rodrigues XXXXXX	06.238-0	13071 (1 de 5)	
FAZENDA POTREIRO - Área 01-B	134,5604	XXXXXXO SEBASTIÃO RODRIGUES XXXXXX	06.238-0	13364	
FAZENDA POTREIRO - Área 02-A	260,2114	XXXXXXo de Odete Rodrigues XXXXXX	06.238-0	13071 (2 de 5)	
FAZENDA POTREIRO - Área 03-A	68,5707	XXXXXXo de Odete Rodrigues XXXXXX	06.238-0	13071 (3 de 5)	
FAZENDA POTREIRO - Área 06-A	200,1643	XXXXXXo de Odete Rodrigues XXXXXX	06.238-0	13071 (4 de 5)	
FAZENDA POTREIRO - Área 08-A	153,5508	XXXXXXo de Odete Rodrigues XXXXXX	06.238-0	13071 (5 de 5)	
Fazenda Potreiro - Área 02-B - Área Desmembrada I	12,1400	XXXXXX GELLER XXXXXX	06.238-0	13365 (1 de 3)	
Fazenda Potreiro - Área 02-B - Área Desmembrada II	6,1170	XXXXXX GELLER XXXXXX	06.238-0	13365 (2 de 3)	
Fazenda Potreiro - Área 02-B - Área Remanescente	87,1767	XXXXXX GELLER XXXXXX	06.238-0	13365 (3 de 3)	

Sistema de Gestão Fundiária do Incra foi uma das bases que tiveram dados restritos durante o governo Bolsonaro, usando LGPD como justificativa.
(Foto: Divulgação)

Pouco tempo depois de assumir a Presidência da República, Jair Bolsonaro assinou o decreto 9.756, de 11 de abril de 2019, instituindo um "portal único" do governo federal, o "gov.br". O objetivo da medida seria "centralizar" as informações institucionais, as notícias e os serviços públicos prestados pelos órgãos da administração.

Servidores ouvidos por este observatório, porém, contam que, na prática, o que aconteceu foi uma ocultação dos dados. "Basta acessar o site para ver que não tem informação nenhuma", comenta a analista ambiental Tânia Maria de Souza, diretora da Associação de Servidores do Ministério do Meio Ambiente (Ascema) e funcionária pública há dezessete anos.²³

"Logo na primeira semana de gestão, tivemos uma perda muito significativa. Muitas informações simplesmente sumiram dali", lembra. "Após cobranças, algumas voltaram e outras não". Ela citou como exemplo um mapa com as áreas prioritárias para conservação. "É um indicativo para as políticas públicas locais e estaduais", explicou. "Ele desapareceu".

No fim de setembro, a página do ICMBio já estava alterada. A do Ibama, por sua vez, passava por um processo de migração. Com isso, era possível acessar parte do site antigo. Os conteúdos mais informativos, com números, aos poucos dão lugar a publicações meramente institucionais. As agendas públicas de ministros, diretores e assessores também estão incompletas no novo portal.

Tânia diz que é preciso saber exatamente o que e onde procurar. "Toda a parte de biomas está dentro de serviços ambientais", exemplifica, sobre o site do MMA.

"Piorou muito o acesso à informação externa", conta. "É basicamente uma assessoria de imagem, com fotos do ministro do começo ao fim".

“*Você tem um governo como um todo que desconsidera o conhecimento, e isso não é diferente na área do meio ambiente. E lá dentro também a gente tem dificuldade de acessar a informação e de passar para o público”.*

Tânia Maria de Souza, diretora da Ascema

Quando o assunto é sonegar informações, não é só a LAI que é burlada. A Lei de Conflito de Interesses (Lei nº 12.813/2013) prevê que determinados agentes públicos, como ministros de Estado, divulguem diariamente a sua agenda de compromissos.

Conforme o dossiê Os Financiadores da Boiada, as multinacionais que mantêm o Instituto Pensar Agro se reuniram pelo menos 278 vezes com membros do alto escalão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O levantamento levou em consideração os encontros oficiais entre janeiro de 2019 e junho de 2022.²⁴

No entanto, os registros de entrada no Mapa, obtidos via LAI, contam outra história. Durante esse período, a ex-chefe de Assuntos Públicos da Bayer, Silvia Menicucci, esteve presencialmente 25 vezes na sede do ministério. Destas, 16 não foram registradas em agenda oficial. Na Câmara, a executiva esteve 14 vezes, entre 2018 e 2019.

No Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a situação não é diferente do que ocorre no Ibama e no ICMBio. Em agosto deste ano, o órgão retirou o nome dos proprietários de terra de sua base de dados mais atualizada, o Sistema de Gestão Fundiária (Sigef).

Informações que eram públicas até então, como código do imóvel, número do processo, data e área, não estão mais disponíveis no site Acervo Fundiário, frequentemente acessado por pesquisadores e jornalistas.

Um servidor da autarquia, que pediu para não ser identificado, apontou também a falta de divulgação interna dos atos normativos e a ausência de comunicação direta com a imprensa por parte das assessorias das superintendências regionais como problemas.

"A gente descobriu que em agosto de 2021 o órgão revogou diversas normas sem divulgação interna", destacou. "No máximo acontece a publicação no Diário Oficial da União (DOU), ou seja, se você não abrir todos os dias, não vai ficar

sabendo". De acordo com ele, em outros momentos a publicação era bastante divulgada por e-mail e na rede eletrônica interna. "Há um avanço no fato de os processos serem eletrônicos, mas há um cerceamento da informação".²⁵

Ainda segundo o funcionário, antigamente as superintendências produziam informações para os repórteres de forma direta. No atual governo, entretanto, os jornalistas que estão nas regionais espalhadas pelo Brasil não podem se comunicar com os veículos de imprensa. "Tudo o que forem falar, sobre qualquer pauta, tem de passar pela direção do Incra".

O servidor lembrou que houve em 2021 a revogação de uma norma, de 2008, relativa à criação e ao reconhecimento de assentamentos. "Foi tacitamente revogada e não foi colocado nada no lugar", disse. "Hoje, o Incra é um órgão de reforma agrária que não tem norma interna de criação de assentamentos".

Ele decidiu fazer um pedido via LAI, no nome de um amigo, para saber quais foram os assentamentos criados depois da revogação. "E responderam com um documento extremamente burocrático, cheio de siglas, com embromação e respostas vagas", criticou. "Se fosse um cidadão comum, não conseguiria nem entender".

Para Danielle Bello, ver informações que antes estavam disponíveis sumirem torna esse cenário ainda mais grave:

“É inegavelmente desproporcional o movimento feito pelo governo federal, e eu nunca vi isso antes, de construir redes sociais paralelas para não esbarrar na legislação eleitoral. Você tem uma coisa desproporcional da interpretação da lei, de tirar informações massivas de interesse público que não têm relação com propaganda política, sobre a atuação do Estado, por conta de uma possibilidade daquilo ser mal interpretado. Da mesma forma que é desproporcional ver uma negativa por conta de uma linha. Você não pode negar o acesso a um processo administrativo inteiro por conta de um dado pessoal”.

Danielle Bello, coordenadora da Open Knowledge

2) AS VÍTIMAS DA CENSURA

“A questão ambiental, o mundo todo leva em conta. Outros países que estamos negociando a questão do Mercosul, ou até acordos bilaterais, nos dificulta com a divulgação desses dados. Temos que ter responsabilidade”.

Jair Bolsonaro, em 22 de julho de 2019



Servidores de diversos órgãos federais foram à Comissão de Assuntos Sociais do Senado, em agosto de 2022, denunciar perseguição e ameaças.

(Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado)

Brasil cai em ranking de liberdade de imprensa

Em junho de 2022, numa audiência pública no Senado, profissionais da Comunicação denunciaram o crescimento dos ataques durante o governo Bolsonaro.²⁶ De acordo com o Repórteres sem Fronteiras (RSF), o Brasil ocupa atualmente a 110ª posição no ranking mundial de liberdade de imprensa entre 181 países e é o 2º local mais letal para jornalistas no continente, atrás apenas do México.²⁷

Foram ao menos trinta assassinatos de profissionais na última década. Apenas no primeiro semestre de 2021, a RSF registrou 330 ataques, um aumento de 74% em relação ao ano anterior. Na avaliação de Bia Barbosa, os posicionamentos de Bolsonaro, seus filhos e autoridades próximas corroboram com os dados. "Nós monitoramos hashtags de hostilidade de ataques a jornalistas e comunicadores numa rede social e, em três meses, coletamos mais de meio milhão de postagens".

Conforme a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Bolsonaro foi responsável pela maior parte das agressões a profissionais da imprensa em 2021, com 147 das 430 ofensivas denunciadas no período, que incluíram episódios de censura (140 casos) e de tentativas de desqualificar a informação (131 casos). Em relação a 2018, quando foram registrados 135 casos, o aumento foi de 218%.²⁸

O descaso do governo com a liberdade de imprensa afetou até mesmo os órgãos públicos de comunicação. No início de setembro, uma comissão de empregados da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) divulgou um relatório denunciando ingerência editorial e cerceamento por parte do governo Bolsonaro. Segundo o dossiê, de agosto de 2021 até julho deste ano ocorreram 228 casos de governismo e 64 episódios de censura.²⁹

O documento foi elaborado em conjunto pelos servidores da EBC e pelos Sindicatos dos Jornalistas e dos Radialistas do Distrito Federal, do Rio de Janeiro e de São Paulo. De acordo com os funcionários, os alvos preferenciais são as reportagens sobre temas como direitos humanos, questões indígenas, conflitos no campo, ditadura e qualquer assunto que exija posicionamento do governo. "É recorrente a tática de derrubar matérias jornalísticas já prontas quando o órgão oficial não envia respostas à reportagem", informa a publicação.

Em live de apresentação dos números, a jornalista Letycia Bond, da EBC, contou que os dados são subnotificados. "Existe um clima persecutório dentro da empresa, porque quem testemunha tem medo", revelou. "A gente não tem intenção de estabelecer esse relatório como um espelho, uma avaliação extremamente fidedigna".³⁰

A publicação cita pautas que deixaram de ser cobertas por decisão da chefia ou, nas palavras dela, colocadas de forma até "patética". "Na Assembleia Geral da ONU, o Estadão e a Folha deram 'Bolsonaro engana ou mente', retrataram de forma crítica, mas na Agência Brasil o título foi 'Bolsonaro promete mais investimento privado'", destacou. "E isso que teve ministro até xingando pessoas na porta do evento".

Charlene, do TornaVoz, reforça que a conjuntura não só no Brasil, como em outros países, é de dificuldade de diálogo. "A nossa visão é que a imprensa exerce papel fundamental nas críticas ao governo e que a gente vive um momento de muito autoritarismo no mundo todo", destaca. Ela disse que o instituto vê a situação com muita preocupação, mas é exatamente por isso que surgiu: fazer frente às tentativas de intimidação ao trabalho jornalístico.³¹

"O governo via o Inpe como uma pedra no sapato"³²



Ex-diretor do Inpe, Ricardo Galvão foi demitido do órgão após pressão de Bolsonaro.

(Foto: Reprodução/Inpe)

Demitido do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) após a divulgação dos dados de desmatamento na Amazônia, o físico e engenheiro Ricardo Galvão conversou com a reportagem do observatório sobre sua passagem pelo órgão e os embates que travou com o presidente Jair Bolsonaro e os ministros Ricardo Salles (Meio Ambiente) e Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia).

Antes de retornar como diretor, "emprestado" pela USP, ele já havia assumido outras funções no instituto, a primeira delas em 1970.

Como era o seu trabalho no Inpe? Houve outras tentativas de cerceamento?

Ricardo Galvão: Não fazia levantamento de dados, mas no cargo tem a parte científica e eu tomava conhecimento de tudo que é feito. O diretor sempre tinha que proteger o Inpe em relação aos dados. Historicamente, é uma divulgação muito respeitada, desde 1988, e sempre houve ataque. Não vem desse governo. Quando começou o programa, houve ataque do governo Sarney e foi resolvido. Depois, no governo Lula, em 2008, foi mostrado um grande aumento no desmatamento, principalmente no norte do Mato Grosso. O então governador

Blairo Maggi acusou, disse que os dados estariam falseados. A Marina Silva era a ministra e, ao contrário do mau ministro Ricardo Salles, o que ela fez foi simples: chamou uma reunião aqui em Brasília com o diretor do Inpe, o presidente Lula e o governador [Blairo] Maggi. Foi uma discussão difícil e ela propôs fazer um sobrevoo pelas áreas. Bastou isso para verificar que os dados estavam certos. A Dilma nunca foi uma apaixonada pelo meio ambiente, mas nunca colocou nenhuma pressão sob o Inpe ou falou contra a fiscalização do Ibama. No governo Temer, houve certo problema com o Ibama e resolvemos também. E eu sabia que deveria tomar cuidado, devido ao discurso do Bolsonaro ainda em campanha. Eu sabia que, se ele fosse eleito, aconteceria algum problema.

Quando os problemas começaram?

RG: Tínhamos um acordo de colaboração com o Ibama assinado que funcionava há muitos anos. O Ibama tem acesso direto aos dados do Inpe. Esse acordo tinha validade até novembro ou dezembro de 2018 e o governo quando entrou não renovou. Então, eu comecei a ficar preocupado e já vinha me preparando. Mas começaram ataques ao Inpe fortes. Claro que o governo tem uma ideologia de que a preservação da Amazônia, combater o desmatamento e a mineração, era contrário ao desenvolvimento econômico. Isso era perceptível. Inclusive ele [Bolsonaro] não vê dados. O Instituto de Pesquisa da Amazônia mostra que, de 2004 a 2012, mais ou menos, quando o desmatamento foi reduzido, o lucro e a produtividade aumentaram.

Como eram esses ataques?

RG: O governo via o Inpe como uma pedra no sapato de suas intenções. Além dos dados sobre desmatamento na Amazônia, queimadas e outros biomas, o Inpe faz estudos interessantíssimos. Por exemplo: o quanto está crescendo a ocupação da terra pelo gado. Quando o presidente Bolsonaro entrou, o ex-ministro Ricardo Salles começou a fazer ataques violentos. Ainda em janeiro de 2019, ele deu uma entrevista para a Folha dizendo que os dados não eram suficientemente precisos. Na verdade, o que ele queria era comprar os dados de uma empresa americana chamada Planet. É claro que uma empresa trabalhando para o governo vai dar os dados que ele quer. Apesar de ser uma instituição do governo, o Inpe sempre teve independência. Os cientistas trabalhavam de forma independente e com grande respeitabilidade internacional.

E você respondia de que forma?

RG: Todos os ataques eu respondi enviando informações ao ministro de Ciência e Tecnologia, porque não podia me reportar direto ao de Meio Ambiente. É a estrutura federal. Inclusive em junho de 2019 o general Heleno deu uma entrevista à BBC dizendo que os dados do Inpe eram manipulados. Passou uma hora, a BBC entrou em contato comigo querendo saber, mas não respondi. Fiz um ofício detalhado ao Marcos Pontes, alertando que essa atitude seria muito prejudicial ao Brasil e que eles não entendiam a respeitabilidade dos dados do Inpe. Em 2015,

para se ter uma ideia, quando o Brasil assinou o Acordo de Paris, houve um trabalho muito interessante feito por cientistas de Harvard e da Columbia University, nos Estados Unidos, falando sobre o que os países deveriam fazer para atender aos compromissos autodeterminados que fizeram. E chamaram todos a seguir o exemplo do Brasil. Embora outros monitorassem as florestas com satélites, nenhum fazia com a precisão do Inpe ou deixando os dados abertos. O Inpe sempre deixou os dados abertos.

Então, chamei a atenção do governo e falei que os ataques seriam prejudiciais ao Brasil. Ofereci ao ministro de Ciência e Tecnologia ferramentas computacionais para eles verem melhor os dados, expliquei como os dados eram disponibilizados e nunca me responderam. Quando houve o famoso ataque no dia 19 de julho, do presidente Bolsonaro, naquela entrevista com correspondentes estrangeiros, ele respondeu agressivamente à pergunta do Dom Phillips, dizendo que a Amazônia não era deles. Aí eu percebi que esse era um plano claramente elaborado, de desqualificar os trabalhos do Inpe. Começaram reduzindo recursos para os satélites de monitoramento. Passei a noite pensando no assunto e percebi que era um ataque sério, que teria mais consequências. Se eu fosse à imprensa, se falasse claramente, eu trazia o problema e, com o prestígio que o Inpe tem na comunidade científica, seria muito difícil o governo continuar tratando assim. Mesmo com todo o ataque e ele me demitindo, o Inpe continuou dando os dados da forma que dava, abertamente. Não teve como o governo frear. Toda a comunidade científica se manifestou fortemente.

Houve intimidação a pesquisadores também?

RG: Não diretamente. Depois que eu saí, sim. A Lubia Vinhas foi retirada da função dela. Não podia ser demitida por ser funcionária de carreira. Mas saiu da chefia de serviço. Foi em 2020.

Houve outros tipos de problema, além das críticas e desse assédio direcionado?

RG: É uma questão de ataque à comunidade científica. O discurso dele estimula. Nós tínhamos antes de eu sair um programa em colaboração com a China, de desenvolvimento de satélites de observação da Terra. Esse programa foi considerado pela Unosa, o escritório de uso pacífico do espaço da ONU, um exemplo paradigmático de êxito em colaboração sul-sul na área espacial. Esses satélites nos permitiam inclusive fornecer as imagens gratuitamente. O governo Bolsonaro cortou todo o programa e não renovou o acordo com a China. Tínhamos o projeto de desenvolver o satélite Amazônia 2. Desenvolvemos o Amazônia 1. Foi lançado no governo Bolsonaro, mas feito antes. E tínhamos todo o projeto para fazer o 2. Ele cortou completamente.

Antes de eu sair, tínhamos um grupo de trabalho coordenado pela agência espacial brasileira. Os militares também participaram. Era para desenvolver satélites de observação da Terra usando radares, porque os maiores especialistas

do Brasil nessa técnica estão no Inpe. Mas feitos todos aqui no Brasil, usando a indústria espacial brasileira. O governo não aprovou e, ao invés disso, deu recurso aos militares para importar dois satélites da Noruega, que um colega meu chama de cloroquinas do espaço. Não vão servir para nada. Então, houve ações pensadas em várias questões, como também ocorre nas universidades.

Como ficou depois da sua saída?

RG: Colocaram um interventor por um ano, coronel reformado da Força Aérea. A primeira coisa que ele fez foi mudar toda a estrutura administrativa do Inpe. Tornou-se uma estrutura militar, embora sejam todos civis. O Inpe tem diversas coordenações de várias áreas e sempre recebi os coordenadores pessoalmente. Tínhamos reuniões do órgão colegiado com todos para discutir o uso do orçamento. Isso foi eliminado. Tem o diretor, que só fala com os chefes principais. É uma hierarquia militar. Os recursos foram fortemente cortados. O orçamento neste ano é de cerca de metade do que eu tive no começo da minha gestão. Os programas espaciais foram cortados e há muito desânimo entre os pesquisadores.

Lei da Mordação



Servidores do Ibama e ICMBio protestam contra interferência política nos órgãos ambientais. (Foto: Divulgação/Asibama-ES)

Em dezembro de 2021, o presidente afirmou, diante de risos e aplausos na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), ter demitido diretores do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) por causa de embargo a uma obra da Havan. A fala levou o conselho consultivo da autarquia a assinar coletivamente uma carta aberta com dez itens de atenção.³³

Para controlar a atuação, o governo lançou mão de cortes orçamentários e ausência de respostas. “A estratégia é a do silenciamento”, explicou Hermano Fabrício Guanais e Queiroz, ex-diretor Departamento do Patrimônio Imaterial da autarquia. “Eu mandava um processo para consulta e a resposta demorava três, quatro meses, sempre pedindo um complemento. E quando a resposta final chegava, o processo era inexecutável”. É a política do não dito. “Um silêncio eloquente”.³⁴

No Meio Ambiente, a portaria 411, de 2020, apelidada de "Lei da Mordação", veda aos agentes públicos do ICMBio a possibilidade de divulgar estudos, pesquisas, pareceres e outras informações sem a autorização da direção. A autarquia é comandada prioritariamente por policiais militares do estado de São Paulo – em sua maioria, indicados pelo ex-ministro Ricardo Salles.

"Você pega um PM, coloca como diretor de um departamento de pesquisa e ele passa a dizer sim ou não para qualquer pesquisador", critica uma servidora, que pediu para não ser identificada. "É uma tentativa de censura muito desmedida, que vem desde 2019". Segundo ela, tudo passa pelo comitê editorial, formado por comissionados do MMA, do Ibama e do ICMBio.³⁵

"O conselho editorial sempre existiu, mas essa centralização de tudo ter que passar pela benção, pela mordça, foi uma radicalização", explica, lembrando também da extinção dos conselhos de participação social. "Os conselheiros são amarrados pelos cargos e seguem a cartilha da gestão".

Um funcionário do Ibama relatou que, quando os incêndios no país tomaram uma proporção muito grande, o governo criou fóruns para responder ao que acontecia, mas eles não necessariamente dialogavam. "Ibama, ICMBio, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal já têm um know-how em relação à temática ambiental que às vezes é ignorado dentro dessa militarização de governo".³⁶

Na opinião dele, Bolsonaro trabalhou intencionalmente para propagar mentiras sobre a gestão ambiental no país. "Temos a certeza de que a história de que é o pobre, o pequeno que põe fogo na Amazônia não é verdade", afirma, em relação a notícias falsas espalhadas pela própria administração. "É muito comum ter incêndios em áreas protegidas que fazem fronteira com propriedades particulares, porque o produtor aproveita para passar por cima dela, causando a derrubada da vegetação".

O antepenúltimo diretor do órgão, lembra, era um coronel da Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota), tropa do comando geral da PM paulista, que nunca tinha trabalhado com a questão ambiental. Ele defende uma reestruturação, com concurso, aumento de servidores e contratação de gestores que tenham currículo e experiência comprovados na área.

3) CONCLUSÕES

O caráter antidemocrático do governo de Jair Bolsonaro não se expressa apenas nas violências sistemáticas cometidas contra jornalistas, servidores públicos e líderes de movimentos sociais. A sonegação de informações e o esfacelamento dos mecanismos de transparência são um ataque direto ao interesse público.

Mas esse ataque não se dá pelo simples prazer de impedir a efetivação dos mecanismos democráticos. O cerceamento de dados atende aos interesses dos mesmos grupos econômicos que se beneficiam da implosão de direitos sociais e ambientais em curso — a “boiada” definida por Ricardo Salles.

A instrumentalização dos órgãos públicos por atores privados é o principal tema da série Dossiê Bolsonaro, que mapeou nos quatro relatórios anteriores como se deu essa invasão do Ibama, ICMBio, Incra e da Agência Nacional de Mineração por políticos e empresas multinacionais.

A censura explícita imposta pelo governo federal nos últimos quatro anos, portanto, não é um objetivo exclusivo do submundo bolsonarista. A erosão dos espaços de debate público é um projeto do capital — dos grandes empresários e de seus representantes no Congresso e no Executivo.

As alianças exibidas nesta série mostram que essas imposições ocorrem na mesma medida em que se multiplicam, em Brasília, as reuniões entre as cúpulas do governo e os representantes do agronegócio. O silenciamento tem contrapartidas: muito se fala nos corredores do poder e pouco se exhibe à sociedade.

Eleito outro presidente, esse poder econômico agirá de forma a ocultar sua participação nessas políticas autoritárias, como se fossem apenas características de um presidente com formação precária. Mas as políticas autoritárias, entre elas a censura, fazem parte de um grande projeto de concentração de renda e de esvaziamento do poder público.

REFERÊNCIAS

- [1] TV Cultura, “Dom Phillips se encontrou com Bolsonaro em 2019”, 08.jun.2022, <https://youtu.be/-Jjm0SIJRuI>
- [2] Rede Globo, “Inpe registra em junho aumento de 88% de desmatamento na Amazônia”, 04.jul.2019, <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/07/04/inpe-registra-em-junho-aumento-de-88percent-de-desmatamento-na-amazonia.ghtml>
- [3] O Eco, “Desmatamento na Amazônia bate recorde em junho e chega a 1.120 km²”, 08.jul.2022, <https://oeco.org.br/noticias/desmatamento-na-amazonia-bate-recorde-em-junho-e-chega-a-1-120-km/>
- [4] UOL, “Justiça censura UOL e manda apagar reportagens sobre imóveis dos Bolsonaro”, 23.set.2022, <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/09/23/justica-censura-uol-e-manda-apagar-reportagens-sobre-imoveis-dos-bolsonaro.htm>
- [5] De Olho nos Ruralistas, “Após pedido de empresários, Justiça censura reportagem da Amazônia Real”, 22.jul.2022, <https://deolhonosruralistas.com.br/2022/07/22/apos-pedido-de-empresarios-justica-censura-reportagem-da-amazonia-real/>
- [6] De Olho nos Ruralistas, “Iate da festa clandestina no AM pertence a acusado de desmatamento e exploração sexual de adolescentes”, 12.abr.2021, <https://deolhonosruralistas.com.br/2021/04/12/iate-da-festa-clandestina-no-am-pertence-a-acusado-de-desmatamento-e-exploracao-sexual-de-adolescentes/>
- [7] Folha de S. Paulo, “Jornalismo reage a ataques e recuo na transparência na gestão Bolsonaro”, 07.jun.2022, <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/06/jornalismo-reage-a-ataques-e-recuo-na-transparencia-na-gestao-bolsonaro.shtml>
- [8] Entrevista com Elaíze Farias, realizada em 21.jul.2022.
- [9] Federação Nacional dos Jornalistas-FENAJ, “Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil | Relatório 2021”, Janeiro 2022, <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2022/01/FENAJ-Relat%C3%B3rio-da-Viol%C3%Aancia-Contra-Jornalistas-e-Liberdade-de-Imprensa-2021-v2.pdf>
- [10] Entrevista com Ana Paula Valdiones, realizada em 29.jul.2022.
- [11] Estado de S. Paulo, “Governo Bolsonaro decreta sigilo de 100 anos até em visitas a Michelle”, 26.set.2022, <https://www.estadao.com.br/politica/governo-bolsonaro-decreta-sigilo-de-100-anos-ate-em-visitas-a-michelle/>
- [12] BBC Brasil, “Bolsonaro é único dos presidentes do G20 sem vacina na Assembleia Geral da ONU”, 20.set.2021, <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58604456>
- [13] G1, “Lula diz que, se eleito, revogará decretos de Bolsonaro sob sigilo de 100 anos no 1º dia de governo”, 01.set.2022,

<https://g1.globo.com/ba/bahia/eleicoes/2022/noticia/2022/07/01/lula-diz-que-se-eleito-revogara-decretos-de-bolsonaro-sob-sigilo-de-100-anos-no-lo-dia-de-governo.ghtml>

[14] Entrevista com Charlene Miwa Nagae, realizada em 21.jul.2022.

[15] Entrevista com Danielle Bello, realizada em 26.jul.2022.

[16] Secretaria de Estado de Segurança Pública/Governo de Mato Grosso, “Corpo de Bombeiros inicia nova fiscalização contra uso irregular de fogo durante período proibitivo”, 12.jul.2022,<https://www.mt.gov.br/-/22443136-corpo-de-bombeiros-inicia-nova-fiscalizacao-contr-a-uso-irregular-de-fogo-durante-periodo-proibitivo>

[17] Entrevista com Luiz Fernando Toledo, realizada em 25.jul.2022.

[18] Fiquem Sabendo, “Crimes ambientais no sigilo: Ibama recusa mais informações e dificulta acesso a processos”, 06.jun.2022,
<https://fiquemsabendo.substack.com/p/crimes-ambientais-no-sigilo-ibama?s=r>

[19] Entrevista com Luiz Fernando Toledo, realizada em 25.jul.2022.

[20] Agência Pública, “Quem está destruindo as unidades de conservação da Amazônia”, 14.mar.2022,<https://apublica.org/2022/03/quem-esta-destruindo-as-unidades-de-conservacao-da-amazonia/>

[21] Estado de São Paulo, “Governo frauda Lei de Acesso à Informação por ‘risco político’”, 18.set.2021,<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governo-frauda-lei-de-acesso-a-informacao-por-risco-politico,70003843822>

[22] De Olho nos Ruralistas, “Os Financiadores da Boiada”, Julho de 2022,
<https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2022/08/Os-Financiadores-da-Destruicao-2022-ptbr.pdf>

[23] Entrevista com Tânia Maria de Souza, realizada em 20.jul.2022.

[23] Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, “Agenda de Autoridades”,
<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/acesso-a-informacao/agendas>

[25] Entrevista com servidor anônimo, realizada em 15.ago.2022.

[26] Agência Senado, “Jornalistas denunciam aumento de ataques à imprensa durante governo Bolsonaro”, 15.jun.2022,
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/06/15/jornalistas-denunciam-aumento-de-ataques-a-imprensa-durante-governo-bolsonaro>

[27] UOL, “Brasil aparece em 110º lugar em ranking de liberdade de imprensa de ONG”, 03.mai.2022,<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2022/05/03/brasil-aparece-em-110-lugar-em-ranking-de-liberdade-de-imprensa-de-ong.htm>

[28] Federação Nacional dos Jornalistas-FENAJ, “Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil | Relatório 2021”, Janeiro 2022,
<https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2022/01/FENAJ-Relat%C3%B3rio-da-Viol%C3%A2ncia-Contra-Jornalistas-e-Liberdade-de-Imprensa-2021-v2.pdf>

[29] UOL, “Dossiê de funcionários aponta 292 denúncias de censura e governismo na EBC”, 29.ago.2022, <https://noticias.uol.com.br/colunas/carla-araujo/2022/08/29/dossie-de-funcionarios-aponta-248-denuncias-de-censura-e-governismo-na-ebc.htm>

[30] Sindicato dos Jornalistas Distrito Federal, “Lançamento da 4ª edição do Dossiê de Censura e Governismo na EBC”, 31.ago.2022, <https://youtu.be/X0Sk9lC2gZ4>

[31] Entrevista com Charlene Miwa Nagae, realizada em 21.jul.2022.

[32] Entrevista com Ricardo Galvão, realizada em 29.jul.2022.

[33] De Olho nos Ruralistas, “Desmonte do Iphan paralisa processos e ameaça proteção a comunidades tradicionais”, 22.mar.2022, <https://deolhonosruralistas.com.br/2022/03/22/desmonte-do-iphan-paralisa-processos-e-ameaca-protecao-a-comunidades-tradicionais/>

[34] Entrevista com Fabrício Guanais e Queiroz, realizada em 04.mar.2022.

[35] Entrevista com servidor anônimo, realizada em 19.jul.2022.

[36] Entrevista com servidor anônimo, realizada em 8.set.2022.

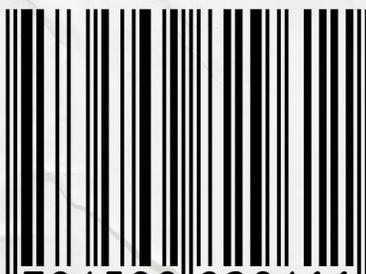


DE OLHO NOS RURALISTAS

Agribusiness Watch

ISBN: 978-65-998296-1-1

CDL



9 786599 829611

-
-  /deolhonosruralistas
 -  /deolhonoagro
 -  /deolhonosruralistas
 -  /deolhonosruralistas